



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 4º Bimestre/2018

Vitória-ES, Setembro/2018



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 apresenta quadro conjuntural de manutenção do controle das contas públicas representado principalmente pela responsabilidade no cumprimento das metas fiscais e na eficiência da gestão fiscal.

No quarto bimestre de 2018, o Resultado do Tesouro Estadual foi superavitário em R\$ 831 milhões, que pode ser justificado pelo aumento real de 8,2% da receita de caixa.

A Receita Total do quarto bimestre de 2018 apresentou crescimento real de 3,1% em relação ao exercício anterior. Somente imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS atingiu um crescimento real de 7,4%.

A Despesa Total apresentou variação real positiva de 6,2%, frente a igual período do ano anterior. Destaca-se o aumento real de 11,3% nas despesas de custeio.



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

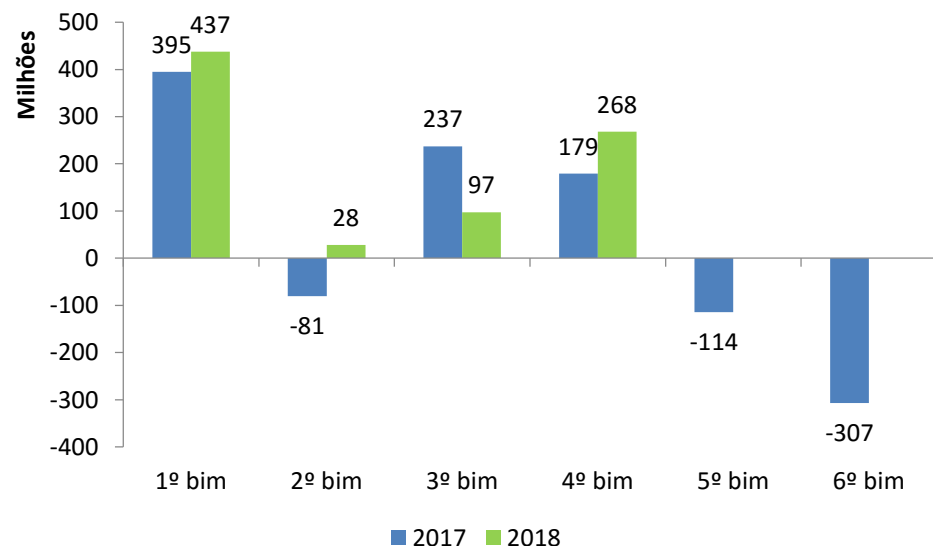
EXECUÇÃO DO TESOIRO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	R\$ Mil		Variação 2018/2017
			Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	
Receita de Caixa do Tesouro	7.004.877	7.899.491	12,8	8,2	894.614
Duodécimos aos Poderes	1.126.726	1.182.684	5,0	0,7	55.958
Despesa Liquidada do Executivo	5.148.045	5.886.019	14,3	9,7	737.974
PESSOAL	3.284.124	3.451.088	5,1	0,9	166.964
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.240.503	1.570.480	26,6	21,5	329.977
FINANCIAMENTO FUNDAP	224.197	252.600	12,7	8,1	28.403
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	308.670	377.449	22,3	17,4	68.780
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	43.045	-	-	43.045
PAGAMENTO DO PASEP	65.585	66.107	0,8	-3,3	521
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	24.966	125.250	401,7	381,5	100.284
Resultado do Tesouro	730.106	830.788			100.682

Fonte: GECOG/SEFAZ



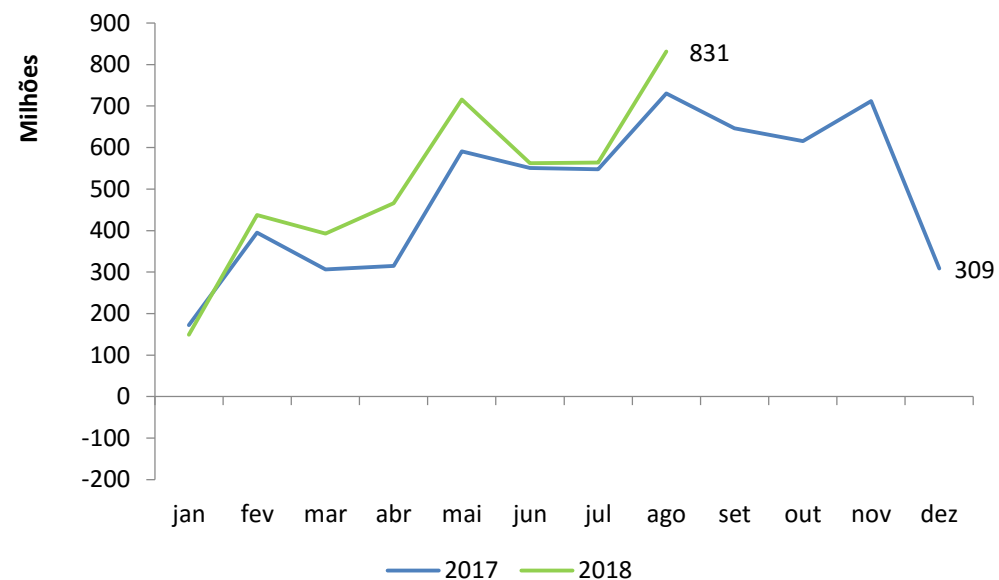
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até o quarto bimestre de 2018 apresentou um crescimento de **7,5%** em relação ao mesmo período de 2017. Descontada a inflação do período, verifica-se um aumento real de **3,1%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto		Variação		Variação 2018/2017
	2017	2018	Nominal (%)	Real (%)	
RECEITA TOTAL	10.034.537	10.783.618	7,5	3,1	749.081
Receitas de impostos e taxas	7.306.178	7.990.106	9,4	5,0	683.928
ICMS - Inclusive FUNDAP	5.821.438	6.513.675	11,9	7,4	692.236
Taxas	452.463	458.818	1,4	-2,7	6.355
Recuperação da dívida ativa	159.385	115.331	-27,6	-30,6	-44.054
IPVA	436.369	454.822	4,2	0,0	18.453
IRRF	395.475	403.875	2,1	-2,0	8.401
ITCMD	41.048	43.585	6,2	1,9	2.537
Receitas de Transferências	3.190.194	3.656.445	14,6	10,0	466.250
Royalties e Participações Especiais	1.009.516	1.352.330	34,0	28,6	342.814
FPE	870.689	951.894	9,3	4,9	81.205
Educação - FNDE e FUNDEB	653.480	685.343	4,9	0,7	31.863
Saúde - SUS	403.835	402.187	-0,4	-4,4	-1.648
Cota-parte do IPI	138.004	148.985	8,0	3,6	10.981
FEX e Lei Kandir	41.567	40.715	-2,1	-6,0	-853
Outras transferências	73.102	74.989	2,6	-1,5	1.887
Outras Receitas (voluntárias e outras)	490.599	467.014	-4,8	-8,6	-23.585
Receitas de Operações de Crédito	54.876	25.025	-54,4	-56,2	-29.851
Receitas Transferidas	-2.974.618	-3.282.629	10,4	5,9	-308.012
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-1.152.810	-1.270.068	10,2	5,7	-117.257
Repasse Constitucional aos Municípios	-1.821.807	-2.012.562	10,5	6,0	-190.755
Receitas do Instituto de Previdência	1.967.307	1.927.658	-2,0	-6,0	-39.649

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS (sem FUNDAP), realizada até o quarto bimestre de 2018, apresentou um crescimento real de **7,0%** em relação ao mesmo período de 2017.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				
	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	
ICMS (SEM FUNDAP)	5.523.310	6.160.022	11,5	7,0	Variação 2018/2017 636.713
Substituição Tributária	1.586.552	1.516.804	-4,4	-8,2	-69.748
Energia Elétrica	724.578	846.870	16,9	12,2	122.292
Diversos	395.272	476.107	20,5	15,6	80.835
Comércio Exterior	89.591	97.866	9,2	4,8	8.275
Comunicação	418.124	345.274	-17,4	-20,7	-72.850
Comércio	1.104.706	1.263.782	14,4	9,8	159.076
Simple Nacional	196.199	214.407	9,3	4,9	18.208
Transportes	233.804	267.599	14,5	9,8	33.794
Indústria	774.483	1.131.313	46,1	40,2	356.830

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

Até o quarto bimestre de 2018, a Receita de Caixa apresentou crescimento nominal de **12,8%** em relação ao mesmo período de 2017. Se considerada a inflação do período, temos uma variação real de **8,2%**.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até o quarto bimestre de 2018 representou **74,8%** do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	Até Agosto 2018	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	12.297.869	8.897.013	72,3	12.890.426
Receita de Caixa do Tesouro	10.554.205	7.899.491	74,8	11.391.343
Receita Vinculada	6.316.670	2.884.127	45,7	4.495.819
Receita Total	16.870.875	10.783.618	63,9	15.887.162

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Nota:

*Decreto nº 4201-R de 08 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

	R\$ Mil			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Operações de Crédito Internas	243	1.799	639,0	609,2
BNDES - PROPAE	-	-	-	-
BNDES BRT GV	-	-	-	-
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	43	1.799	4.132,6	3.962,3
CEF - PróMoradia	201	-	-100,0	-100,0
Operações de Crédito Externas	54.633	23.226	-57,5	-59,2
BID - PROFAZ	6.549	-	-100,0	-100,0
BID - PRES III	44.779	-	-100,0	-100,0
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	3.305	23.226	602,8	574,5
TOTAL *	54.876	25.025	-54,4	-56,2

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2018

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o Programa de Águas Pluviais com a CEF, o Programa Rodoviário III com o BID e o Gestão Integrada de Águas e Paisagens com o BIRD.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um aumento real de **6,2%** até o quarto bimestre de 2018, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação		R\$ Mil Variação 2018/2017
			Nominal (%)	Real (%)	
PESSOAL	5.016.888	5.297.081	5,6	1,3	280.193
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.832.733	2.124.576	15,9	11,3	291.843
FINANCIAMENTO FUNDAP	224.197	252.600	12,7	8,1	28.403
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	312.168	380.985	22,0	17,1	68.817
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	43.045	-	-	43.045
PAGAMENTO DO PASEP	86.752	86.797	0,1	-4,0	46
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	219.372	324.480	47,9	42,0	105.108
Total	7.692.110	8.509.565	10,6	6,2	817.455

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento real de **9,7%** até o quarto bimestre de 2018, comparada ao mesmo período de 2017.

Tabela 8: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
PESSOAL	3.284.124	3.451.088	5,1	0,9	166.964
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.240.503	1.570.480	26,6	21,5	329.977
FINANCIAMENTO FUNDAP	224.197	252.600	12,7	8,1	28.403
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	308.670	377.449	22,3	17,4	68.780
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	43.045	-	-	43.045
PAGAMENTO DO PASEP	65.585	66.107	0,8	-3,3	521
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	24.966	125.250	401,7	381,5	100.284
Total	5.148.045	5.886.019	14,3	9,7	737.974

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos (Efetivos + Comissionados) e Designação Temporária	1.709.518	1.779.156	4,1	-0,1	69.638
Contribuição Patronal/Aporte	1.404.879	1.495.832	6,5	2,2	90.952
Outras Despesas de Pessoal	169.727	176.101	3,8	-0,4	6.374
Pessoal e Encargos	3.284.124	3.451.088	5,1	0,9	166.964
Precatórios	-	43.045	-	-	43.045
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	3.284.124	3.494.133	6,4	2,1	210.009

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos (Efetivos + Comissionados) e Designação Temporária	1.740.382	1.816.442	4,4	0,2	76.060
Contribuição Patronal/Aporte	1.425.426	1.517.751	6,5	2,2	92.326
Outras Despesas de Pessoal	1.851.080	1.962.888	6,0	1,8	111.807
Pessoal e Encargos	5.016.888	5.297.081	5,6	1,3	280.193
Precatórios	-	43.045	-	-	43.045
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	5.016.888	5.340.126	6,4	2,2	323.238

Fonte: SIGEFES

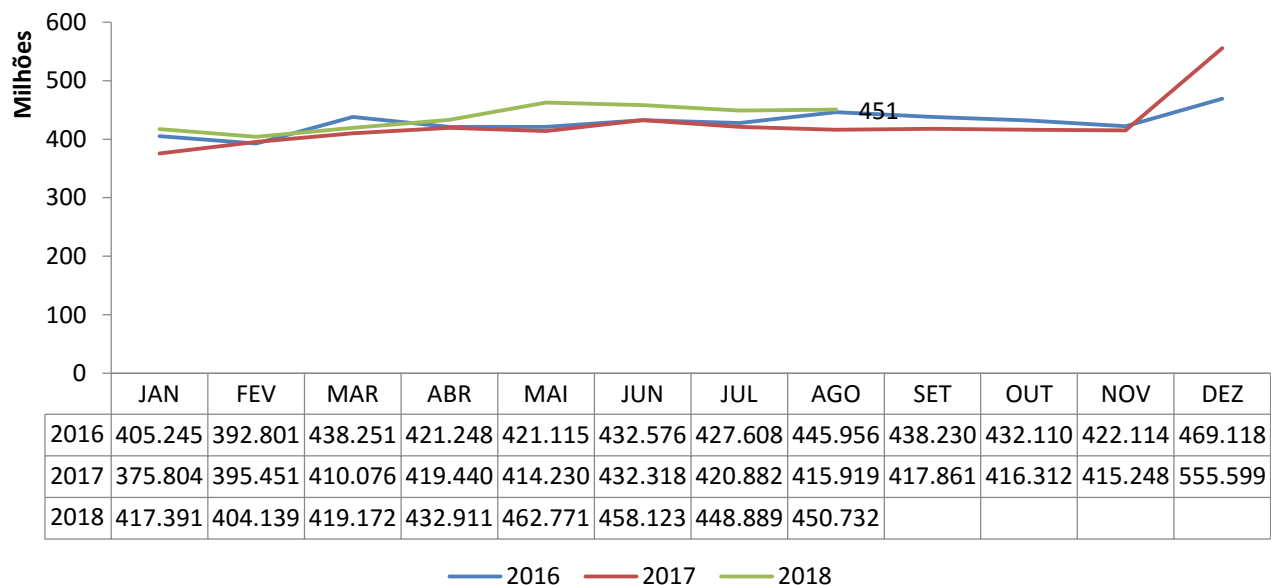
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



	R\$ milhões
Janeiro a Agosto 2018	3.494
Janeiro a Agosto 2017	3.284
Janeiro a Agosto 2016	3.385

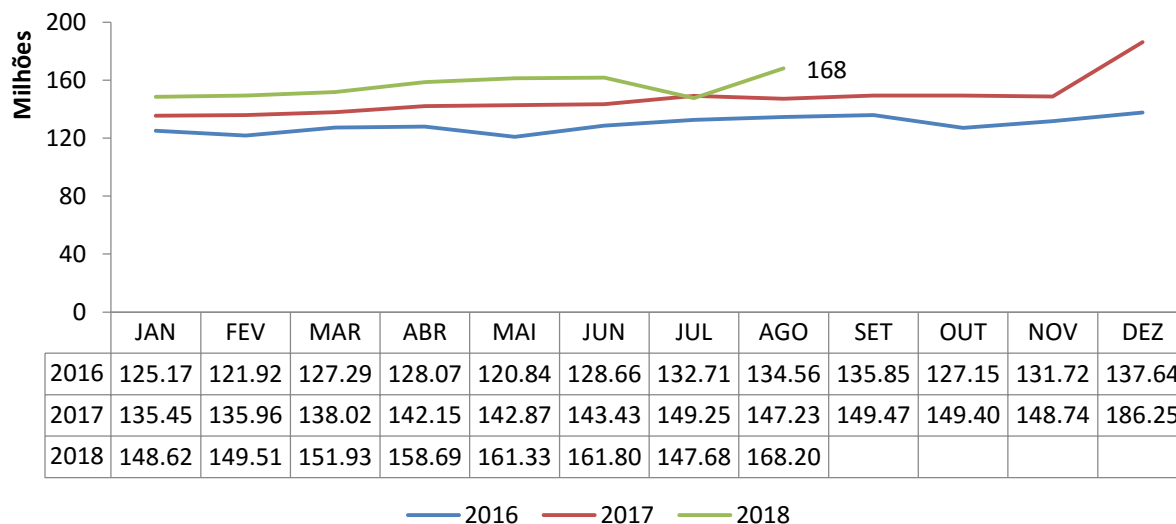
Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

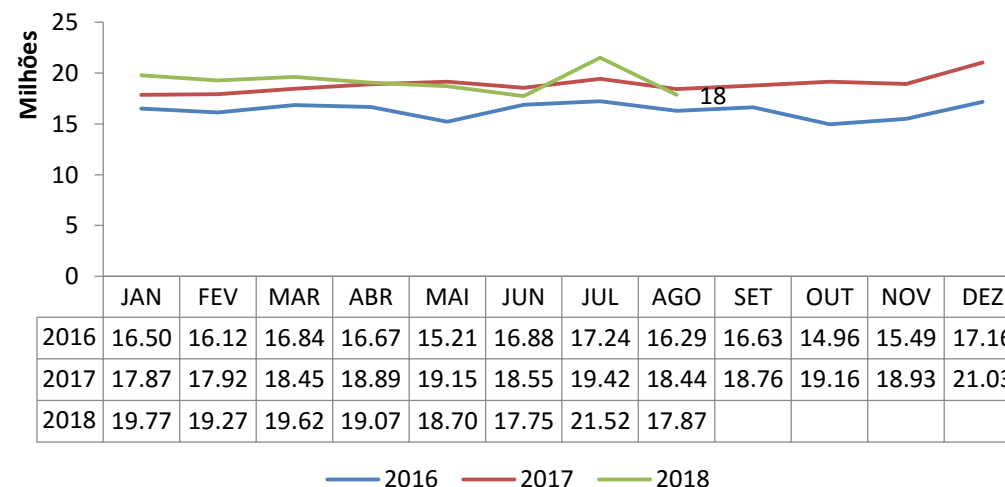
Os gráficos abaixo apresentam os valores aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte, tanto no Poder Executivo como para os outros Poderes.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Poder Executivo



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 5 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Outros Poderes



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

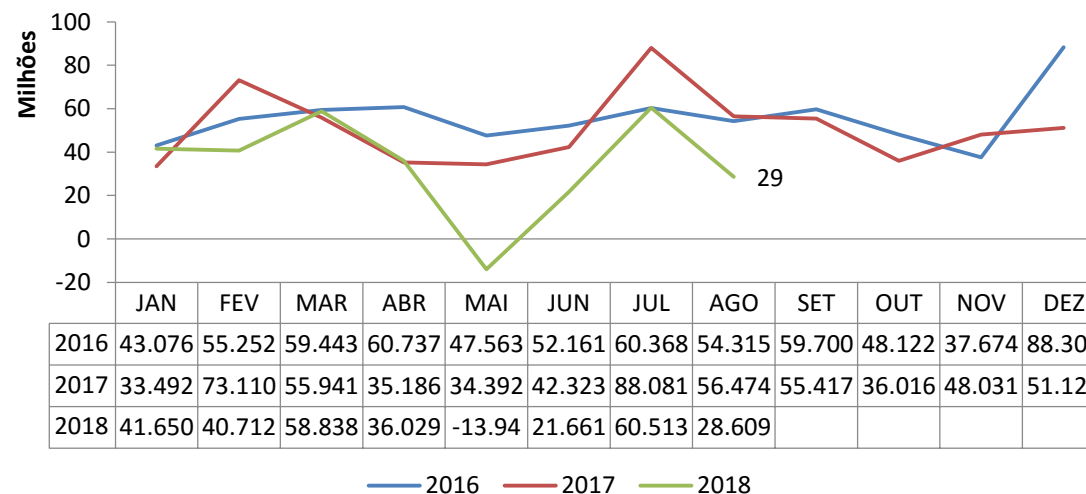
Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

O Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, encontra-se no período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos, apresentou queda nominal de **-34,6%** no quarto bimestre de 2018.

Gráfico 6 – Fluxo Fundo Previdenciário



	R\$ milhões
Janeiro a Agosto 2018	274
Janeiro a Agosto 2017	419
Janeiro a Agosto 2016	433

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Agosto 2018	1.637
Janeiro a Agosto 2017	1.306
Janeiro a Agosto 2016	1.278

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	Até Agosto	Até Agosto	Variação	Variação	Variação 2018/2017
	2017	2018	Nominal (%)	Real (%)	
SERVIÇOS DE SAÚDE (serviços médicos/leitos/contratualização/cooperativas)	390.503	445.633	14,1	9,5	55.130
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	86.534	87.546	1,2	-2,9	1.012
TRANSCOL SOCIAL/GERENCIAMENTO	69.777	70.265	0,7	-3,4	488
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	54.641	55.885	2,3	-1,8	1.243
TRANSPORTE ESCOLAR	32.975	75.524	129,0	119,8	42.549
ALIMENTAÇÃO PRISIONAL	47.983	52.613	9,6	5,2	4.630
SENTENÇAS JUDICIAIS/SAÚDE	58.914	79.199	34,4	29,0	20.285
CAIXA ESCOLAR/APAE/PESTALOZZI/OUTRAS SUBVENÇÕES	12.556	430	-96,6	-96,7	-12.126
MEDICAMENTOS DESTINADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	41.488	45.857	10,5	6,1	4.369
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.072	35.708	153,8	143,6	21.637
ENERGIA ELÉTRICA	22.821	26.402	15,7	11,0	3.581
SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	15.457	12.538	-18,9	-22,1	-2.918
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/TI	10.651	15.133	42,1	36,4	4.482
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	18.386	24.848	35,1	29,7	6.462
TELECOMUNICAÇÕES	7.991	4.716	-41,0	-43,4	-3.275
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	24.132	15.569	-35,5	-38,1	-8.562
NOSSABOLSA	14.341	15.036	4,8	0,6	695
CONCESSÃO FAÇA FÁCIL	10.577	10.333	-2,3	-6,2	-244
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/CONDOMÍNIOS	10.991	13.185	20,0	15,1	2.194
ÁGUA E ESGOTO	13.050	17.585	34,8	29,3	4.535
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	10.248	7.749	-24,4	-27,4	-2.499
SERVIÇOS EDUCACIONAIS/SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.185	10.785	5,9	1,6	600
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA	9.244	11.814	27,8	22,7	2.569
MATERIAL HOSPITALAR	6.431	6.563	2,1	-2,1	132
ESTAGIÁRIOS	9.374	8.303	-11,4	-15,0	-1.070
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	5.880	5.017	-14,7	-18,1	-863
MATERIAL FARMACOLÓGICO	5.140	7.601	47,9	41,9	2.461
LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.544	7.872	-25,3	-28,3	-2.672
AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS	1.232	4.241	244,2	230,3	3.009
AUXÍLIO-FARDAMENTO	12.934	25.980	100,9	92,8	13.046
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.312	100.036	513,3	488,6	83.724
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL	5.117	5.283	3,2	-0,9	166
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - MEDICAMENTOS	6.705	7.441	11,0	6,5	736
MEPES ¹	5.358	5.886	9,9	5,4	528
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	163.256	241.948	48,2	42,2	78.691
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.702	9.953	111,7	103,1	5.251
TOTAL	1.240.503	1.570.480	26,6	21,5	329.977
PASEP	65.585	66.107	0,8	-3,3	521
TOTAL GERAL	1.306.088	1.636.587	25,3	20,3	330.499

1- Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES):Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativos de Substit. de Mão-de Obra e Demais Serviços.

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	3.587	3.883	8,2	3,9
PRODEST/CEASA	3.587	3.883	8,2	3,9
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	256.321	315.710	23,2	18,2
CEF	36.130	20.429	-43,5	-45,7
BNDES	133.111	130.320	-2,1	-6,0
União - Refinanciamento	26.930	102.440	280,4	265,1
Lei 9496	14.426	44.839	210,8	198,3
Cohab	12.503	57.600	360,7	342,1
Baneses	38.436	39.593	3,0	-1,1
Parcelamentos: INSS e PASEP	21.714	22.929	5,6	1,3
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	52.110	61.393	17,8	13,1
BID	39.872	48.043	20,5	15,6
BIRD	12.238	13.350	9,1	4,7
Serviço da Dívida Pública Contratual	312.019	380.985	22,1	17,2

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: O aumento real de 17,2% nos gastos com o valor pago em serviço da dívida pública até agosto de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017, decorreu em virtude da elevação nos gastos dos contratos de dívida externa, onde ocorreu uma evolução de 30,4% na taxa cambial do dólar norte-americano (a cotação PTAX venda da moeda em 31/08/2017 era de R\$ 3,1471 e, já em 31/08/2018 era de R\$ 4,1353). Nesse período também foi registrado o incremento de R\$ 25 milhões em liberações de recursos das operações de crédito (R\$ 23,2 milhões em operações de dívida externa e R\$ 1,8 milhões em operações de dívida interna) que impactaram o saldo da Dívida Consolidada.

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

	R\$ Mil			
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	312.019	380.985	22,1	17,2
Principal	153.121	192.534	25,7	20,7
Juros e Encargos	158.897	188.451	18,6	13,8
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	256.321	315.710	23,2	18,2
Principal	110.219	145.695	32,2	26,9
Juros e Encargos	146.103	170.014	16,4	11,7
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	52.110	61.393	17,8	13,1
Principal	40.449	44.434	9,9	5,4
Juros e Encargos	11.661	16.959	45,4	39,6
Administração Indireta	3.587	3.883	8,2	3,9
Principal	2.453	2.404	-2,0	-5,9
Juros e Encargos	1.134	1.478	30,4	25,2

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL Ajustada (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	12.887.895	5.488.421	42,6%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Agosto	Até Agosto
	2017	2018
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	16,9	17,6
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	26,3	27,6

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Agosto/2018		
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	12.890.426		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	1.165.195	9,0%	25.780.852
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	25.025	0,2%	2.062.468

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente, pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2018.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período, com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	
RECEITA TOTAL	10.034.537	10.783.618	
DEDUÇÕES	555.378	294.364	
Aplicações Financeiras	496.438	265.375	
Operações de Crédito	54.876	25.025	
Alienação de Bens	4.063	3.964	
RECEITA PRIMÁRIA (1)	9.479.159	10.489.254	
DESPESA TOTAL	8.797.246	9.643.334	
DEDUÇÕES	312.168	380.985	
Juros e Encargos da Dívida	159.047	188.451	
Amortização da Dívida	153.121	192.534	
DESPESA PRIMÁRIA (2)	8.485.078	9.262.348	
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	994.081	1.226.906	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a
descoberto



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até o quarto bimestre de 2018, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 909 milhões.

Resultado Nominal do Estado		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/08/2018	
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.752.253	6.883.546	
DEDUÇÕES	4.638.173	5.718.351	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.258	3.636.075	
Demais Haveres Financeiros	1.987.602	2.157.388	
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	279.687	75.112	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.114.081	1.165.195	
PASSIVOS RECONHECIDOS	515.730	475.578	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.598.351	689.616	
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO		-908.734	

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Agosto 2017	Até Agosto 2018	Meta LDO 2018
RESULTADO PRIMÁRIO	994.081	1.226.906	-831.455
RESULTADO NOMINAL	-1.030.957	-908.734	861.828

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL



ANEXO I



1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ AGO 2017	2018/2017 %	
		ACUMULADO ATÉ AGOSTO		NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	16.870.875	10.783.618	10.034.537	7,5%	3,1%
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	10.845.087	7.990.106	7.306.178	9,4%	5,0%
ICMS - Exceto FUNDAP	8.358.814	6.160.022	5.523.310	11,5%	7,0%
ICMS FUNDAP	467.645	353.652	298.128	18,6%	13,9%
TAXAS	690.785	458.818	452.463	1,4%	-2,7%
IRRF	609.515	403.875	395.475	2,1%	-2,0%
IPVA	473.606	454.822	436.369	4,2%	0,0%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	177.916	115.331	159.385	-27,6%	-30,6%
ITCD	66.806	43.585	41.048	6,2%	1,9%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	5.093.121	3.656.445	3.190.194	14,6%	10,0%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.391.336	1.352.330	1.009.516	34,0%	28,6%
COTA-PARTE DO FPE	1.454.690	951.894	870.689	9,3%	4,9%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	961.268	685.343	653.480	4,9%	0,7%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	637.470	402.187	403.835	-0,4%	-4,4%
COTA-PARTE DO IPI	228.935	148.985	138.004	8,0%	3,6%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.940	74.989	73.102	2,6%	-1,5%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	120.482	40.715	41.567	-2,1%	-6,0%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.312.391	1.927.658	1.967.307	-2,0%	-6,0%
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	1.982.451	1.279.069	1.148.435	11,4%	6,9%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	623.004	315.151	340.689	-7,5%	-11,2%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	391.893	207.431	220.496	-5,9%	-9,7%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	315.043	126.008	257.687	-51,1%	-53,1%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	689.922	467.014	490.599	-4,8%	-8,6%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.328.830	25.025	54.876	-54,4%	-56,2%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.398.475	3.282.629	2.974.618	10,4%	5,9%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.660.411	2.012.562	1.821.807	10,5%	6,0%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.738.064	1.270.067,65260	1.152.810	10,2%	5,7%
1.A - RECEITAS VINCULADAS	6.316.670	2.884.127	3.029.660	-4,8%	-8,6%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL	10.554.205	7.899.491	7.004.877	12,8%	8,2%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ AGO 2017	2018/2017 %	
		ACUMULADO ATÉ AGOSTO		NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	10.554.205	7.068.703	6.274.771	12,7%	8,1%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.765.762	1.182.684	1.126.726	5,0%	0,7%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	8.788.443	5.886.019	5.148.045	14,3%	9,7%
PESSOAL (exceto Precatórios e Aporte)	3.335.448	2.203.280	2.149.728	2,5%	-1,6%
APORTE PREVIDENCIÁRIO	1.966.592	1.247.807	1.134.396	10,0%	5,6%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.983.556	1.560.527	1.235.800	26,3%	21,2%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	5.084	9.953	4.702	111,7%	103,1%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA (Exceto FUNDAP)	127.544	125.250	24.966	401,7%	381,5%
FINANCIAMENTO FUNDAP	330.969	252.600	224.197	12,7%	8,1%
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	701.488	377.449	308.670	22,3%	17,4%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	43.045	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	91.422	66.107	65.585	0,8%	-3,3%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	246.340	-	-	-	-
3. RESULTADOS					
3.1 PODER EXECUTIVO					
RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL	-	830.788	730.106	13,79%	9,2%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2018: R\$ - 831.455 mil)	-831.455	1.226.906	994.081	23,4%	18,5%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		1.140.284	1.237.291	-7,8%	-11,5%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2018: R\$ 861.828 mil)	861.828	-908.734	-1.030.957	11,9%	15,4%
4. INDICADORES					
INVEST./INVER. FINANC. exceto financ. FUNDAP/FUNSAF (Rec. de todas as fontes)		328.849	228.820	44%	38%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.488.421	5.188.114	5,8%	1,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)		12.890.426	12.432.976	3,7%	-0,5%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		42,59	41,73		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		17,63	16,87		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		27,59	26,27		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Contratual Interna e Externa do Estado

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR CONTRATADO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.08.18) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO
				INÍCIO	TÉRMINO							ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
I - REFINANCIAMENTO UNIÃO												
	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97 Lei n.º 10.767/17 - Aditivo ao ct.	Lei n.º 9.496/97 Aditivos 4º e 6º/2017, ao amparo da LC 148/14 e 156/16.	D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.257.067	1.284.702	1.376.360	1.415.413		CAM
	Lei n.º 7.546/03	LEI 8727/93 - COHAB ES 0514449-95 0514453-67	D D	01/06/2018 01/06/2018	01/05/2023 01/05/2023	PRICE PRICE	484.386	882.358	926.253	37.461 27.304 10.156		T.R T.R
II - REFINANCIAMENTO CEF	LC 156/16	COHAB - DIV. VINCENDA/CEF	D	24/08/2018	01/08/2033	PRICE	878.847			878.847		
TOTAL REFINANCIAMENTO I								2.167.060	2.302.613	2.331.721		
II - FINANCIAMENTO INTERNO												
Caixa Econômica Federal - CEF	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA I	D	23/06/2006	19/11/2027	PRICE	753	1.334	1.301	1.236	131	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA II	D	23/06/2006	19/09/2028	PRICE	1.520	1.112	1.051	1.004	273	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA III	D	23/06/2006	19/08/2028	PRICE	3.800	2.377	2.248	2.148	1.275	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA IV	D	23/06/2006	19/11/2028	PRICE	3.800	3.289	3.209	3.067	345	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA V	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	1.710	583	549	522	1.194	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VI	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	2.850	2.097	1.974	1.880	456	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VII	D	23/06/2006	19/02/2028	PRICE	3.610	1.870	1.759	1.674	1.635	TR
	Lei n.º 10.025/2013	ISMAP - Campo Grande	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	69.255			2.397	71.791	TR
	Lei n.º 10.025/2013	ISMAP - Canal da Costa	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	68.685			611	71.877	TR
	Lei n.º 9.914/2012 e Lei n.º 10.765/2017	ISMAP - Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	68.685	2.186	2.217	954	71.524	T.R
Lei n.º 9.914/2012 e Lei n.º 10.765/2017	FINISA - Resolução CMN 4109/12 Refinanciamento cf. art.2º LC	D	15/01/2018	15/11/2042	SAC	415.560	374.088	354.369	353.845		Δ URTJLP	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Lei n.º 8.755/07 e 9.117/09	Saúde	D	25/09/2009	15/10/2019	SAC	160.000	66.157	43.270	27.649	8.426	Δ URTJLP
	Lei n.º 9.004/08	TRANSCOL IV	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	160.000	83.348	60.177	44.312		Δ URTJLP
	Lei n.º 9.593/2010	BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	530.400	59.502	56.243	53.864	482.354	Δ URTJLP
	Lei n.º 9.874/12	PROPAE	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	3.000.000	2.339.150	2.364.399	2.374.170	691.317	Δ URTJLP
	Lei n.º 9.374/09	Estados	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	90.000	40.085	28.941	21.311		Δ URTJLP
TOTAL FINANCIAMENTO INTERNO								2.977.178	2.921.707	2.890.644	1.402.596	

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR CONTRATADO	SALDO DEVEDOR	SALDO DEVEDOR	SALDO DEVEDOR	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
				(POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	(POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$			(POSIÇÃO EM 31.08.18) - R\$				
II - FINANCIAMENTO EXTERNO												
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Lei 10.186/2014	Projeto Estado Presente	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC	231.577				181.681	DÓLAR
	Lei n.º 6.731/01	PRES II - Programa Rodoviário do ES II	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	303.945	151.711	137.778	151.972		DÓLAR
	Lei n.º 8.996/2008	PRES III- Programa Rodoviário do ES III	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	723.678	481.861	527.210	641.717	24.654	DÓLAR
	Lei n.º 9.072/08	PROFAZ	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	85.981	34.550	51.378	57.556		DÓLAR
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	Lei n.º 7.728/93	Projeto Águas Limpas	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	148.871	43.939	34.667	37.128		DÓLAR
	Lei n.º 8.860/08	Projeto Águas Limpas - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	295.674	189.916	184.014	224.564		DÓLAR
	Lei 10.050/2013	Projeto Gestão Integrada de Águas e da Paisagem	D	28/09/2015	15/08/2038	CUSTOMIZADO	930.443	18.091	25.950	61.387	232.726	DÓLAR
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO								920.068	960.997	1.174.325	439.061	
III - DEMAIS DÍVIDAS												
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	Lei n.º 5527/97	Assunção de dívidas junto à BANESES	D	29/06/1998	30/11/2018	PRICE	147.000	104.384	51.207	15.125		IGP-DI
IV - PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS												
PASEP	LEI n.º 12.180/12	PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	423.550	347.355	324.765	309.706		
INSS		Previdenciário / CEASA	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC		1.193	1.193	1.193		
INSS		Previdenciário / PRODEST	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC		294	98	16		
PASEP		PASEP / IPAJM	I	31/07/2003	30/03/2016	SAC				47.637		
TOTAL PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS								348.842	326.057	358.552		
TOTAL GERAL I+II+III+IV								6.517.533	6.562.580	6.770.367		

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. A dívida junto ao PASEP do IPAJM não é considerada como dívida consolidada.
2. Os parcelamentos do PASEP e INSS não possuem atualização monetária.
3. Os valores contratados das dívidas externas estão convertidos com o dólar de 31/08/2018
4. ISMAP = Implantação do Sistema de Manejo de Águas Pluviais

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Bruno Funchal

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Alexandre Viana Gebara

Amílcar José Carvalho

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.